

Daniela Freitas e Silva



1290001268



TCC/UNICAMP 6i38s

**SERVIÇOS PROFISSIONALIZANTES PARA
PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA CIDADE
DE CAMPINAS/SP.**

UNICAMP
Junho, 2002

DANIELA FREITAS E SILVA

**SERVIÇOS PROFISSIONALIZANTES PARA
PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA CIDADE DE
CAMPINAS/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para o Curso de Pedagogia
da Faculdade de Educação, UNICAMP, sob a
orientação da Prof^a.Dra. Hilda Maria Aloisi
Co-orientador: Prof^a Dra.Maria Tereza Eglér Mantoan

**Campinas
2002**

PROF^a DR^a HILDA ALOISI
ORIENTADORA- 1^o Leitor)

PROF^a DR^a MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN
(2^o Leitor)

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Si38s Silva, Daniela Freitas e.
Serviços profissionalizantes educacionais para pessoas com necessidades especiais na cidade de Campinas / Daniela Freitas e Silva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Hilda Aloisi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação especial. 2. Deficientes - Serviço. 3. Profissões.
I. Aloisi, Hilda. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

02-0119-BFE

“Toda sociedade que exclui pessoas do trabalho por qualquer motivo – sua deficiência ou sua cor ou seu gênero – esta destruindo a esperança e ignorando talentos. Se fizermos isso, colocaremos em risco todo o futuro”

Robert White

Dedicatória

*Para **Benedito e Cida**, meus pais,
pelos quais tenho enorme respeito, admiração e amor,
que sempre estiveram ao meu lado,
apesar da distância, dando total apoio, acreditando em mim.
Sem seus esforços
eu não teria alcançado tudo que tenho hoje.
Mais uma vez, a vocês, o meu muito obrigada!!!
Espero que este trabalho represente
um pouco da capacidade que vocês me fizeram atingir
e que seja ponto de partida para grandes realizações...*

*A Hilda, por sua orientação e grande dedicação,
que me acompanhou em toda caminhada,
demostrando muito profissionalismo,
amizade e confiança em todos os momentos deste trabalho.
Mais uma vez, o meu muito obrigada a você pela atenção
contínua, esclarecimentos, paciência e o compartilhar de momentos felizes...
Sem você também não poderia ter realizado
o presente trabalho.*

AGRADECIMENTOS

À professora Dr.ª Maria Teresa Eglér Mantoan, por te me dado o grande impulso para a realização deste trabalho, por sua orientação e confiança em todos os momentos do caminho.

À Hilda, por ter aceitado dar orientação sem receber nenhuma contribuição financeira e por ter sido muito prestativa e dedicada em todo o trabalho, dando sempre muito apoio e acreditando em mim.

Aos meus pais que, apesar de estarem distantes, acreditaram em mim e possibilitaram o presente estudo com seu apoio moral e auxílio financeiro. Sempre apoiaram e incentivaram todos os momentos de meu processo de formação. Com amor e carinho, a caminhada ficou menos árdua.

A todas as instituições que participaram deste trabalho, cooperando sobremaneira para o desenvolvimento da pesquisa. A todos os funcionários das instituições, com os quais mantive contato e que contribuíram com informações na construção deste estudo, meu profundo agradecimento.

A minha irmã Renata e minha sobrinha Bruna que, apesar de estarem longe, torceram e me apoiaram sempre.

Às amigas Carol e Marina, do prédio onde moro, pelo companheirismo, amizade, carinho e ajuda permanente no decorrer deste trabalho.

Às minhas amigas e companheiras de trabalho, Rita e Mara, pela compreensão, apoio, paciência e carinho sincero ao longo do trabalho, principalmente no final. E também ao Wellington, meu chefe de trabalho (que é muito humano e fantástico), o qual ensinou me e ainda me ensina muito a cada dia, dando sempre seu apoio e compreensão em todos os momentos.

À minha turma da faculdade de pedagogia, que nesses quatro anos também me ensinou e ajudou muito, proporcionando bons momentos a minha vida. Citando algumas pessoas, mas não esquecendo de nenhuma, obrigada Alessandra, Juliana, Camila, Silvia, Gi....

Às pessoas especiais, que passaram pela minha vida nesse período, e contribuíram para a realização deste trabalho.

E aos meus amigos especiais Aline, Didi, Ellen, Érika, Ernesto, Fabiano, Marta, Michele, Regiane e Yara, pela compreensão, companheirismo, carinho e amizade, ajudando-me na realização do presente trabalho.

A todos, amigos, colegas, funcionários da UNICAMP e outros que contribuíram, de diferentes maneiras, no processo de finalização deste estudo.

E por último, meu agradecimento especial a Deus, por ter me dado discernimento, sabedoria e humildade para reconhecer meus erros e minhas falhas perante àqueles que me receberam de braços abertos ao longo desses quatro anos e que me ajudaram.

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
JUSTIFICATIVA / OBJETIVOS.....	8
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	12
CONCLUSÃO.....	18
BIBLIOGRAFIA.....	50

ANEXOS

QUESTIONÁRIO.....	23
CADASTRO.....	26

RESUMO

O trabalho que ora apresentamos levanta, investiga e discute os recursos com que a comunidade de Campinas/SP pode contar no tocante aos serviços e programas profissionalizantes de pessoas com deficiências. Foi usado um questionário de perguntas abertas a ser respondido pelas instituições da cidade de Campinas, por meio do qual se traçou um perfil da entidade. A partir dos dados levantados, foi elaborado um cadastro de consulta rápida e objetiva da população sobre o tema, bem como desenvolvida uma análise qualitativa desses dados, objetivando avaliar o potencial e as insipiências desses recursos cadastrados.

Os resultados dessa análise apontaram para a necessidade de criação e consecução de projetos mais adequados e efetivos que levem a uma verdadeira profissionalização dessa minoria.

Palavra Chave: Educação Especial- Profissionalização- Pessoas com Deficiência

INTRODUÇÃO

*“O trabalho é uma necessidade, uma maneira de o ser humano se reconhecer como tal, é pelo trabalho que se dá o reconhecimento do homem como sujeito”
(Abranges, 2000, pg.11)*

A partir dessa citação, inicia-se o presente trabalho com uma reflexão sobre a importância do mesmo para todos os cidadãos. Muitos autores, ao longo da história, já vêm enfatizando o trabalho na vida do homem. Hegel (Abranges, 2000), por exemplo, traz a idéia de que pelo trabalho o homem se descobre e se descobre o homem, ou seja, a diferença do trabalho humano para o do animal é que no trabalho humano se consegue criação e transformação da produção. Já Marx (Silva, 2000) considera que o trabalho faz parte da condição ontológica vital do homem, de sua existência humana e de ser social. Ambas as afirmações mostram que o trabalho é algo inerente à vida do cidadão. Por meio dele (trabalho), o sujeito se reconhece como criador, transformador do seu produto e, conseqüentemente, alcança sua auto realização, aumentando sua auto estima e confiança. Deste modo, o trabalho serve até para situar e definir o homem na sociedade. Como afirma Borges (1997) *“trabalho contribui e serve para determinar status na sociedade”*. Assim sendo, o desemprego ou a falta de uma atividade produtiva acarreta para os cidadãos uma marginalização, e um fracasso pessoal.

Desta forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante para todos o direito ao trabalho, no artigo 23, inciso “a”:

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de seu trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

Verifica-se que, a partir do contexto da sociedade em questão, a organização do trabalho define os conceitos e as exigências do modelo social no qual o cidadão está inserido no momento. Por exemplo, no período do governo de Vargas, de 1930 a 1945, em decorrência da necessidade de ordem econômica, um novo modelo (industrial) ia se impondo (substituição do agrário). Houve um grande crescimento da população, surgindo até uma nova classe - a classe média urbana, que trazia novas necessidades para a sociedade. Diante disso, a educação passou a assumir um novo

caráter, ou seja, o de estender para todos a escola e de servir como instrumento de qualificação para o trabalho, em decorrência da demanda industrial em formação e expansão. Em 1942, o ensino profissionalizante foi oficialmente reconhecido com a vinda das Leis Orgânicas inseridas no quadro do ensino oficial brasileiro (Silva, 2000). Todavia, essa modalidade de ensino já era administrada desde o início do século sob o modelo de “cursos livres”. Esse ensino surgiu da necessidade das indústrias e sindicatos criarem aprendizagem para o trabalhador adulto já engajado no mercado de trabalho ou o candidato ao comércio, como filhos de empregados e membros, nas áreas de sua especialização. O ensino profissionalizante era voltado para a classe menos favorecida, já que o ensino acadêmico era concebido para a elite, do ponto de vista econômico (Silva, 2000).

Atualmente, a nova exigência para o mercado de trabalho inclui duas tendências: uma de maior qualificação e outra de busca de novo perfil de trabalhador, ou seja, um trabalhador mais completo, tanto com capacitação técnica quanto pessoal. Uma pessoa polivalente é a desejável, ou seja, *“Aprender a conhecer é importante, sem dúvida. Mas, aprender a fazer é muito mais importante. (...) E entender que a vida é uma trajetória de aprendizagem contínua”* (Pastore, 2000, pg85)

Desta forma, a lei garante, na Constituição Federal, no Capítulo da Educação, Artigo 205, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Cabe à educação desenvolver nos sujeitos o preparo necessário para a conquista do emprego. A Lei N 9.394/96, das diretrizes e Bases da Educação Nacional, no inciso 2, reafirma esse compromisso: *“a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social”*.

No que tange às leis, há um grande aparato para os cidadãos conquistarem o direito efetivo ao trabalho, ou seja, um emprego na sociedade. No entanto, para consegui-lo é imperativa uma qualificação necessária. As leis já conferem à educação este compromisso com os sujeitos. Pode-se concluir que a educação é fonte de qualificação para o trabalho e que sem ela não é possível para o indivíduo ser inserido ou ter retenção do emprego.

Desta forma, o Ministério da Educação e Cultura - MEC entende a educação profissional ou profissionalização em seus documentos como :

O nível técnico, modalidade da educação desenvolvida em articulação com ensino regular ou por diferentes estratégias de educação que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para vida produtiva.

Entretanto, nem sempre a sociedade oferece para todos os cidadãos a oportunidade de uma educação digna e, conseqüentemente, a condição para o exercício do direito ao trabalho. A lei garante educação para todos, sem discriminação. Contudo, as pessoas com necessidades especiais, ao longo do tempo, vêm tendo seus direitos negados, geralmente permanecendo excluídos da sociedade.

Encaradas durante muito tempo como um peso, essas pessoas eram vistas como incapazes de contribuir para a humanidade ou viver independentemente. (Shiohara, 1998). Somente no século XX, a sociedade admitiu a necessidade de colocar as pessoas com deficiências nos serviços educacionais, ou seja, inseri-las nas escolas especializadas em sua deficiência, porém mantendo-as afastadas de todas as outras pessoas. Desta forma, a exclusão das pessoas com deficiências parece persistir até a atualidade, quando ainda pode-se deparar com instituições especiais como o único espaço de educação para elas.

Em meados de 1900, surgiram as primeiras classes especiais e estas levaram os alunos com deficiência às instituições escolares, “não por motivos humanitários e sim para garantir que eles não interferissem no ensino dos demais colegas ou não absorvessem as energias do professor”.(Sasaki, 1999, pg112). Com o surgimento das classes especiais formou-se um novo sistema de ensino, apartado do sistema regular, que não correspondia às expectativas verdadeiras de inclusão escolar (Shiohara, 1998).

Quanto ao tratamento clínico de pessoas com deficiência, aproximadamente até o século IXX, ele variou da negligência ao abuso extremo. Porém, o final daquele século presenciou um aumento significativo de interesse pelo desenvolvimento de programas para reabilitar indivíduos com deficiências(Aloisi,1999). Esse interesse resultou na implementação de programas educacionais para pessoas com deficiência visual, auditiva, mental e programas baseados em restauração médica de doentes mentais e pessoas com deficiência física. A sociedade reconheceu a necessidade de expor as pessoas com deficiências (cegos ou deficientes físicos) a serviços

educacionais especializados, assegurando-lhes uma convivência “tranquila”. (Shiohara, 1998). Nos EUA foram criados os melhores programas de reabilitação e foram edificadas algumas bases importantes para a expansão posterior de atividades de reabilitação (Aloisi,1999). Embora essas atividades tenham ocorrido em escala reduzida até o século XIX, seu sucesso sugeriu a viabilidade de programas em larga escala em países desenvolvidos, implementados mais tarde, no século XX.(Aloisi,1999)

Nos Estados Unidos, a educação das pessoas com deficiências começou a ser vista como um direito. Programas de reabilitação vocacional se proliferaram muito, resultantes de avanços médicos significativos e das conseqüências das duas grandes guerras. Oportunidades de emprego para pessoas com deficiência naquela sociedade, criadas pela Segunda Guerra mundial, proveram uma demonstração ampla do potencial para o trabalho dessas pessoas, novamente em adição aos avanços médicos. (Aloisi,1999)

O advento da “educação de qualidade para todos” no mundo propôs uma reestruturação do sistema educacional, viabilizando o desenvolvimento completo de todos os seres humanos, enfocando os talentos de cada um e incluindo todos em uma única modalidade de ensino – o regular. Esse advento trouxe à tona várias questões e provoca até hoje profundas reflexões sobre o sistema político-social e educacional. O ensino profissionalizante é mais uma modalidade dentro do sistema educacional que deve ser reestruturada para incluir as pessoas com deficiência, adequando-se a elas e ampliando a proposta de um ensino de qualidade a todos.

Há bem pouco tempo, o trabalho para as pessoas com deficiência era visto como crueldade para com elas, conforme podemos constatar pelo texto a seguir:

A idéia era incompatível com o grau de desenvolvimento até então alcançado pela sociedade E empregar um deficiente era tido como uma forma de exploração que deveria ser condenado por lei. Tais crenças eram resultantes não só da ideologia protecionista para com deficientes, mas também do fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais ainda não haviam descoberto as possibilidades laborativas das pessoas com deficiência (Sasaki, 1997,pg60)

Esse mito existe até o momento, sendo um dos fatores determinantes da

dificuldade de inserção da pessoa com deficiências no emprego, principalmente, no mercado formal. Os esforços efetuados por uma pessoa com deficiência para entrar no mercado de trabalho são imensos. Ela tem que provar sua capacidade de ser produtiva, independente, estar em condições de desenvolver um trabalho que represente realizações ou satisfação dos seus desejos sem, contudo, contar com recursos educativos adequados que a qualifiquem para isso.

Em nosso país, as pessoas com deficiência ainda continuam freqüentando as entidades ditas especializadas para sua profissionalização. As instituições educacionais ligadas à indústria e ao comércio (SENAI- Serviço Nacional da Indústria e SENAC- Serviço Nacional do Comércio) ainda estão em processo de conscientização a respeito da necessidade de qualificar e inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Pastore, 2000). Por outro lado, a Organização Internacional do Trabalho - OIT afirma que “os portadores de deficiência, capazes de realizar trabalhos produtivos, devem ter direito ao emprego como qualquer outro trabalhador” (Batista, 1997).

Pastore (2000) afirma que o Brasil possui uma das menores taxas do mundo de pessoas com deficiências inseridas no mercado de trabalho. Há 16 milhões de pessoas com deficiências, sendo que nove milhões estão em idade de trabalhar. No entanto, as que trabalham, formal e informalmente, mal chegam a um milhão. (IBGE, 1991; Carreira, 1996)

No que tange aos dispositivos legais, o Brasil possui um ótimo aparato para pessoas com deficiências. Mas algumas políticas sociais não incentivam a contratação e retenção no trabalho. O artigo 203, inciso V da CF/88 trata da concessão do benefício da prestação continuada; o art.77, inciso II da Lei 8213 de 24/07/91 trata de planos de benefícios da previdência social referentes à pensão legada às pessoas com deficiência em razão de falecimento dos genitores ou responsáveis. Ambas as leis determinam a suspensão desses benefícios quando a pessoa com deficiência passa a ter carteira de trabalho assinada. Isso no geral causa insegurança nessa pessoa porque a retenção no emprego é sempre de curta duração, quando existe. No caso de pessoa com deficiência mental, o quadro é ainda pior, pois, ao atingir a maioridade, ela fica sob tutela, o que também impede uma contratação permanente. É imprescindível, portanto, que as políticas sociais com relação às pessoas com deficiência sejam articuladas e modificadas, gerando condições favoráveis tanto para os empregadores quanto para os empregados com deficiência. A combinação da educação com a

reabilitação poderá criar as redes de apoio ao emprego para pessoas com deficiência. (Pastore, 2000)

Dados levantados pela Secretaria de Educação Especial - SEESP do Ministério da Educação e Cultura - MEC revelam pouco mais de 300 mil alunos com deficiência matriculados nas escolas, contando-se todas as séries das escolas públicas e particulares. Apenas três mil alunos com deficiência estão matriculados no ensino médio (MEC, 2000).

Pastore (2000) levanta uma questão de extrema importância:

Se os portadores de deficiência não estão na escola regular, estariam eles nas escolas especiais? Sendo que nove milhões de portadores de deficiência estão em idade de trabalhar e que necessitam de qualificação adequada para conquista de emprego, o que fazer? (pg77).

A educação como preparadora para o trabalho das pessoas com deficiência, no Brasil, é efetuada pelas instituições filantrópicas especiais, já que as escolas profissionalizantes não estendem seus cursos para esses alunos. As instituições especiais, em geral, usam as atividades de Oficinas Abrigadas ou Protegidas, Subcontrato e no próprio domicílio, sem vínculo empregatício, para desenvolver o que elas chamam de profissionalização. Nelas as atividades são manuais em detrimento do trabalho intelectual..

(...) em sua práxis pedagógica, coloca o indivíduo aos modelos mecânicos de produção, visando exclusivamente a aquisição de competência manuais para a execução de tarefas simplificadas, retirando a oportunidade destes indivíduos de se apropriar da riqueza do mundo social e intelectual (Tomazini, 1996, pg12)

O isolamento que ocorre nas instituições de trabalho protegido tende a afasta-los da sociedade em geral (...). O confinamento de portadores de deficiência com portadores de limitações diferentes coloca-os em uma espécie de "vala comum", onde o tratamento pela média acaba não atendendo as necessidades de nenhum deles e submetendo todos a uma condição subumana, muitas vezes, ao constrangimento público. (Pastore, 2000, pg154)

Na maioria dos trabalhos efetuados predomina o individualismo (ganhos versus produção realizada), acarretando a competição individual e não dando significado para a tarefa em si. Essa situação acaba por anular a oportunidade de

aquisições mentais por meio do trabalho. A ausência da atividade cognitiva traz mais limitação e pode acarretar às pessoas com deficiência um destino predeterminado que poderá vigorar até o resto de sua vida, isto é, o de não poder ser, de fato, alguém produtivo e feliz.

O que tem sido oferecido é simplesmente proporcionar ao portador de deficiência um enquadramento em uma atividade elementar específica e tardia no modo de produção capitalista, reproduzindo as impossibilidades, dificuldades e barreiras. (Batista, 1997, pg12).

Pesquisa efetuada por Aloisi e Mantoan (1996) na cidade de Campinas -SP, apontou a qualificação deficitária dos agentes reabilitadores desta cidade.

A qualificação marcadamente deficitária dos agentes reabilitadores pesquisados, os quais não capacitam a pessoa com deficiência para competir na força de trabalho, tem como sustentação oculta as atitudes e valores culturais de um meio social que exclui as minorias (Aloisi, 1999, pg103).

Em outro estudo (Aloisi, 1999) sobre o conceito que empregadores de Campinas -SP têm de empregados com necessidades especiais, constatou-se que o perfil do funcionário almejado por eles (empregadores) inclui capacidade profissional, dando grande destaque à escolaridade.

A Lei n.8.213/91 estabelece cotas compulsórias que garantem uma porcentagem de vagas para empregados com deficiência no mercado de trabalho. Porém, as grandes empresas alegam não admitir pessoas com deficiência em seus quadros de pessoal por não saberem onde buscar essas pessoas e, quando as encontram, elas não estão qualificadas para os cargos pretendidos. Infelizmente ainda falta preparação adequada para as pessoas com deficiências quanto à profissionalização das mesmas.

Frente ao exposto, desenvolvemos o trabalho que ora se apresenta. Mais do que a elaboração de um cadastro das instituições profissionalizantes de pessoas com deficiência da cidade de Campinas -SP, a presente pesquisa é uma reflexão sobre os recursos com que contamos nessa área. É uma análise de como vem sendo executada a profissionalização das pessoas com deficiência na cidade de Campinas -SP e qual o alcance e a eficiência da mesma. Trata-se de mais uma colaboração que esperamos possa ser útil a esta comunidade.

JUSTIFICATIVA/ OBJETIVOS

A lei garante que é dever da educação ter como um dos seus objetivos preparar e qualificar as pessoas para o mercado de trabalho. Sendo uma garantia fundamental do cidadão, as pessoas com deficiência, por sua vez, não podem ter esse direito negado. Os Artigos 3 e 4 do decreto 2.208/97 contemplam a inclusão de pessoas com deficiência em cursos de educação profissional de nível básico, independentemente de escolaridade prévia, além dos cursos de nível técnico e tecnológico. Assim, alunos com deficiências também podem ser beneficiados, qualificando-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho (MEC - Programa Diretrizes e Bases de 2002). Por outro lado, a constituição do Brasil possui uma aparelhagem legal suficientemente completa para apoiar a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Pastore, 2001).

Infelizmente, a questão da profissionalização dessas pessoas parece não ter sido até hoje levada a sério. Não há dados concretos sobre o número de pessoas com deficiência inseridas no ensino, tanto fundamental como profissionalizante e superior. Nem tampouco são verificadas ações abrangentes voltadas para uma profissionalização adequada dessa minoria.

Percebe-se o menosprezo do governo a essa questão, de tal forma que, até ao final do ano de 2001, nem existia no Brasil qualquer tipo de pesquisa oficial que quantificasse com fidelidade o número de pessoas com deficiência na população brasileira. O Censo 2002 finalmente trouxe essa informação, mostrando que 14.5% da população brasileira são pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Por outro lado, Pastore (2001) diz que:

O Brasil possui uma das maiores populações de portadores de deficiência no mundo (16 milhões de pessoas), e no entanto, uma das menores taxas de participação no mercado de trabalho. Segundo estimativas disponíveis, 9 milhões estão em idade de trabalhar. Destes, os que trabalham no mercado formal somam cerca de 2%, enquanto nos países mais avançados essa proporção fica entre 30% e 45% (pg. 7).

Essa imensa desvantagem existente traz à tona um dos problemas mais sérios do Brasil: a baixíssima participação das pessoas com deficiências no mercado trabalho. Entretanto, mais uma vez a Constituição Federal oferece totais condições para a eliminação dessa lacuna, por meio da Lei n.8.213/91, que garante cotas

compulsórias de admissão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em contrapartida, no nível das ações, muitos empregadores parecem alegar que o não cumprimento dessa lei deve-se ao fato de: primeiro, eles não terem conhecimento de onde encontrar esses empregados; segundo, quando os encontram, os mesmos não têm qualificação adequada ou nenhuma qualificação, o que não só impede sua admissão, como impossibilita sua retenção no emprego.

Na cidade de Campinas -SP não foi possível encontrar um cadastro geral, adequadamente organizado, de todas as entidades que realizam algum tipo de trabalho profissionalizante de pessoas com necessidades especiais. Isso dificulta muito a realização de ações voltadas para essa questão.

Frente ao exposto e à situação descrita até o momento no que tange à realidade profissional de pessoas com deficiência, optou-se por desenvolver neste trabalho um instrumento fácil e objetivo de consulta para todos os interessados pelo tema. Por outro lado, buscou-se igualmente nesta pesquisa revelar e discutir os recursos encontrados na comunidade, para que uma melhoria da qualidade dos serviços dessa natureza possa ser alcançada e gerar uma conseqüente transformação positiva do quadro atual.

Portanto, as lacunas apontadas por si só justificam a relevância do presente trabalho, e nosso objetivo é o de criar um instrumento que não só facilite a consulta de profissionais e pessoas interessadas, mas também o de colaborar para a melhoria das ações voltadas para a profissionalização de pessoas com deficiência, por meio da análise e discussão dos dados levantados pela pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os sujeitos da pesquisa foram organizações para pessoas com deficiência da cidade de Campinas- SP, sejam entidades, escolas e/ou clínicas, que desenvolvem atividades profissionalizantes e/ou de apoio, num total de 23 instituições. Esses sujeitos são designados no texto como S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11, S12, S13, S14, S15, S16, S17, S18, S19, S20, S21, S22 e S23.

Um questionário constituído de oito perguntas abertas e pretendeu traçar um perfil da entidade quanto a: clientela atendida, atividades desenvolvidas e processo de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho.

Trata-se de um levantamento de dados que seguiu um modelo de pesquisa participante, uma vez que o conhecimento foi construído por meio de diálogo com o sujeito (representantes das instituições) e a análise e discussão dos resultados *mediatizados* pelo objeto (realidade da instituição) e por um *feedback*, que buscou propostas futuras de transformação da área.

As instituições foram arroladas pela lista telefônica e outras fontes de informações, como a Internet, a Federação de Entidades Assistências de Campinas/SP - FEAC e outras.

Um primeiro contato com cada instituição esclareceu o objetivo do presente trabalho, bem como agendou a visita à instituição para aplicação do questionário.

Em algumas instituições, o instrumento foi respondido na presença do pesquisador; em outras, o entrevistado preferiu não responder diretamente. A maioria das entrevistas foram registradas em gravador de fita cassete.

Alguns dos entrevistados demonstraram bastante resistência em participar da pesquisa, porém a grande maioria deles pareceu bem acessível e cooperativa. Apenas uma pessoa se recusou a responder ao questionário de pesquisa e dois informantes não permitiram que se gravasse a entrevista.

Os dados foram organizados em forma de cadastro. Portanto, não houve nenhum tratamento estatístico dos mesmos.

Com base nos dados cadastrados, foi feita um análise qualitativa e conclusiva no tocante ao alcance e eficiência dos serviços de profissionalização oferecidos pelas instituições levantadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados coletados a partir do instrumento utilizado nesta pesquisa foram organizados em três categorias de respostas e passaram por uma análise qualitativa, de acordo com o que segue:

Categoria I - Caracterização da entidade: essa categoria pretendeu levantar informações sobre o tipo de clientela, sexo, faixa etária e natureza do atendimento (questões 1 e 3);

Categoria II – O Processo de profissionalização: nesse item procurou-se investigar conceitos, métodos e técnicas de profissionalização usados pelos sujeitos, assim com o tipo de funções mais comumente ocupadas pelos atendidos no mercado de trabalho (questões 2, 3,4, 5 e 6);

Categoria III – Estratégias de inserção no mercado de trabalho: nesse último grupo de respostas a pesquisa tentou levantar dados sobre as estratégias de colocação da pessoa com deficiência na força de trabalho, bem como avaliar o sucesso dessas atividades por meio da investigação do tempo de permanência desses empregados nas respectivas colocações (questões 5, 7 e 8).

Categoria I - Caracterização da entidade

Na categoria I, quanto à caracterização das entidades, todos os sujeitos prestam atendimento para ambos os sexos e a maioria presta atendimento exclusivo para pessoas com deficiência. Apenas os sujeitos 18 e 23 são instituições não específicas mas oferecem cursos também aos deficientes, desde que estes tenham condições de cursar e de adequar-se a estrutura escolar sem interferir e modificá-la, conforme declaração dos mesmos: “Geralmente os deficientes são inseridos em cursos que possibilite a inserção do deficiente.” (S23); “(...) o aluno que tem de se adequar à escola e, por exemplo, um deficiente visual (com visão subnormal) na escola ele tinha condições para acompanhar o curso.” (S18)

Não fazemos nenhuma restrição quanto a deficientes, a restrição que o deficiente encontraria aqui é basicamente física, por exemplo, um cadeirante teria a dificuldade das escadas, o espaço não favorece e não tem como modificá-lo, pois o prédio é antigo, compacto e precário e não tem, no momento, condições para mudar. Só pode ser inserido se aceitar nosso contexto. (S18).

Quanto a faixa etária dos atendidos, foram cinco instituições (S1, S3, S10,

S12 e S13) que demonstraram atender qualquer idade, sem nenhuma restrição. O S2 também atende todas as faixas etárias, tendo como limite etário máximo de ingresso na entidade o de 25 anos. Outras seis instituições têm restrição somente quanto à idade mínima de ingresso (S4 de sete anos, S7 a partir de 12 anos, S8 a partir de 15 anos, S9 a partir de 16anos, S19 a partir de 5 anos, S20 a partir de 18 anos). Ainda, nove instituições estabelecem limite de ingresso e saída (S5 de 14 a 23 anos; S6 de 15 a 35 anos; S11 de 7 a 65anos; S14 de 3 a 21anos, S15 de 0 a 12 anos, S16 de 3 a 16anos, S17 de 0 a 12anos, S18 de 15 a 45 anos, S22 de 4 a 14 anos). Apenas uma instituição não respondeu à pergunta satisfatoriamente, ou seja, pareceu interpretar a questão quanto ao número de atendidos por faixa etária, declarando, desse modo, “(...) não temos estatística por faixa etária” (S23).

Quanto à natureza, as instituições parecem atuar, em sua grande maioria, nos níveis exclusivamente clínico e escolar, desenvolvendo, no entanto, atividades paralelas de cunho ocupacional.

Cinco instituições oferecem atendimento clínico e educacional (S1, S3, S14, S15 e S19). Apenas três instituições prestam atendimento somente clínico (S8, S17 e S20) e quatro instituições oferecem apenas serviço educacional (S5, S11, S16 e S22). Apenas três dos sujeitos pesquisados assumem oficialmente sua modalidade profissionalizante (S6, S18 e S23), sendo que um deles se considera especializado em profissionalização de pessoas com deficiência (S6). Quatro entidades dizem oferecer os três serviços: clínico, educacional e profissionalizante (S2, S10, S12, S13). Uma só oferece serviço profissional e clínico (S9). E apenas uma instituição oferece trabalho pedagógico e profissional, conforme demonstra a seguinte afirmação: “(...) ela está repensando ainda seus objetivos e redefinindo sua proposta pedagógica e profissional” (S4).

Categoria II – O Processo de profissionalização

Quanto ao processo de profissionalização desenvolvido pelas entidades pesquisadas, ele parece ser entendido pelas mesmas apenas como meros programas de treinamento de habilidades ocupacionais, veiculados de diversas formas, tais como: Módulos Experimentais, Oficinas Protegidas ou Abrigadas e outras. O processo não pareceu incluir a escolaridade como item precedente e imprescindível à verdadeira profissionalização, conforme demonstram as afirmações a seguir: “Sim, a instituição oferece atividades em diversas oficinas de trabalho. São Oficinas de

Trabalho Protegido ou Oficinas Abrigadas, também chamadas de Cooperativas” (S9); “(...) nós profissionalizamos através de Módulos Experimentais (preparação para o trabalho), estágios de 2 a 3 vezes com um assessoria semanal, há um assessor na empresa sendo ponto de referência.”(S1);

(...) O método utilizado para instrumentalizar é através de oficinas, estágios e inserção no mercado. (...)Os alunos ficam pelo menos seis meses em treinamento interno, os que já estão capacitados vão para a profissionalização externa (por existirem mais exigências, como maior concentração, maior responsabilidade e saber comportar-se socialmente...).realizarem essas mesmas atividades para as quais foram qualificados internamente, só que agora fora da instituição (S2);

(...) a profissionalização é viabilizada através de dois programas: Programa de Formação Profissional ou Programa de Formação Para o Trabalho e oferece um treinamento nas Oficinas, atuando como aprendiz e recebendo treinamento de habilidades sociais e profissionais para sua colocação profissional (S6).

Percebe-se que aprender habilidades sociais e aprender rotina de trabalho são para as instituições pesquisadas pontos essenciais para se profissionalizar pessoas com deficiência: “(...) vão precisar ter o hábito de assinar livro ponto, ter algumas regras para cumprir, como: horário, respeito ao chefe e os amigos de trabalho, assiduidade, ritmo, tentando respeitar a habilidade de cada um” (S13)

Parecem ser poucas as entidades verdadeiramente profissionalizantes que incluem pessoas com deficiência em seus programas:

Sim, nós profissionalizamos através de encaminhamento para cursos de informática contando como parceiros a MICROCAMP, Fundação Bradesco, SEBRAE e Instituto do Cego; secretariado (SENAC e Telemarketing da MICROCAMP). Além de termos dentro do Instituto: artesanato, música e teatro e inglês (tradução) e esporte (atletismo) (S7);

O trabalho de Iniciação de Profissionalização e profissionalização conta com um departamento que acompanha e implanta os cursos Oferece um atendimento de assessoria e consultoria, projetos de capacitação e treinamento de funcionários em todos os níveis e com parceiros conveniados. (S10);

Sim. O trabalho de datilografia e informática (o curso é de seis meses, duas vezes na semana, uma hora e meia).

Profissionaliza através de cursos semi profissionalizante, não tem convênio com o MEC, pois segue as orientações do SENAC em seu material, além de dar um certificado da própria instituição (S12)

Por fim, algumas das instituições pesquisadas deixam claro sua consciência de que não profissionalizam, mas prestam, de alguma forma, serviços para preparação para o trabalho, como os serviços de orientação e de preparação ou de encaminhamento. Conforme afirmam: “Não existe com fins profissionalizantes (...) Há apenas uma orientação pessoal dos seus direitos ao trabalho e passam algumas informações.” (S18).

Não há profissionalização. O que há na instituição é uma orientação ao trabalho. (...), o que se pretende é tentar estimular no máximo possível a autonomia das pessoas através das pequenas coisas do dia-a-dia. (S3, S19, S20);

Há uma Oficina Pedagógica que trabalha com montagem de blocos de papel, pintura, mini cartões, papel de carta, capas de encadernação, sacos pintados, bloquinhos. É feito um trabalho de preparação que visa o desenvolvimento, mais tarde, da pessoa para o mercado de trabalho. (S15);

Há ainda instituições que pensam sobre profissionalização como algo inerente à vida e que deve ser trabalhado desde à infância: “ As oficinas trabalham num todo, sempre com caráter educativo(...). Tem que se preparar o indivíduo para vida e não para o trabalho”(S16);

(...) a escola está querendo e iniciou nesse ano, de forma muito tímida, que a família seja uma parceira nessa questão do trabalho Começar fazer com que a família pense que essa criança ela vai precisar ser trabalhada já quando ela é pequena , porque em qualquer trabalho que temos atualmente é pedido um mínimo de escolaridade.(...)Se isso não acontece nas pequenas coisas, parece pequenas mais tem grande efeito, não vai adiantar ela querer se preocupar quando tiver 16 anos e 18 anos que já vai ser meio tarde. (S16).

Dez instituições afirmaram não realizar, de forma alguma a profissionalização (S1, S2, S6, S7, S9, S10, S12, S13, S18 e S23). Por outro lado, todas as entidades que desenvolvem algum trabalho considerado por elas como profissionalizante, também parecem julgar que as pessoas com deficiência só conseguem ser capazes de atuar em ocupações artesanais, garantindo-lhes, portanto, apenas subempregos, conforme revelam algumas afirmações:

(...)geralmente são mais inseridos no trabalho com a terra (roçando chácara, limpando condomínio, limpando guias e sarjetas) culinária e artesanato (marcenaria artesanal, serralharia artesanal, vitral, papel reciclado, gráficas e mosaicos) em espaços protegidas ou Oficinas Profissionalizantes mas de caráter protegido. Os trabalhos deles são vendidos em feiras livres, feiras organizada pela FEAC, espaços culturais, feira do Mundo Mix, sempre para comércio. (S20 e S9);

(...) que é desenvolvido dentro de grupos uma atividades que podem ser de encadernação, empacotamento de ração, artesanato, prestação de serviço (mala direta empresa), manutenção da limpeza e jardinagem. (S2).

Uma instituição demonstrou dúvida quanto ao trabalho desenvolvido, não tendo clareza do que oferece ou poderá oferecer quanto à profissionalização:

(...) a coordenadora pedagógica, argumenta que não se sabe se vai continuar com mesma estrutura de funcionamento, tendo Pré Oficina e Oficina Abrigada, se a pré oficina será preparatória para as oficinas Abrigada, enfim, não há uma decisão certa a tomar, por estarmos em fase de reestruturação.(S4)

Percebeu-se que cinco sujeitos não profissionalizam por não atenderem a faixa etária necessária para a inserção no mercado: “(...) até pela questão da idade, o atendimento, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescentes, a criança só pode ser inserida no mercado de trabalho depois dos 16 anos.” (S11, S16, S15, S17, S22). Apenas uma instituição não profissionaliza, devido aos seus atendidos serem bem comprometidos: “(...) são crianças bastante limitadas tanto do ponto de vista cognitivo como do comportamento. Por este motivo não há inserção no mercado de trabalho”. (S14).

Categoria III – Estratégias de inserção no mercado de trabalho:

As estratégias de inserção no mercado de trabalho seguem conseqüentemente o mesmo conceito de profissionalização demonstrado pelas entidades, ou seja, não há uma metodologia adequada e eficaz que inclua uma escolaridade precedente à colocação no mercado de trabalho e/ou siga o modelo empresarial padrão, aplicado a todos os cidadãos que procuram trabalho. As instituições colocam como estratégia de inserção grupos montados por elas mesmas ou equipes que tentam viabilizar o contato com as empresas. A inserção no mercado

de trabalho é realizada, no geral, por uma assistente social. Conseqüentemente, a questão é levada mais para o lado assistencialista-paternalista do que para o da cultura e realidade empresarial da força de trabalho: “A inserção é feita pela assistente social, a divulgação e o intercâmbio com as empresas e os contatos necessários.”(S7, S8, S9, S11e S13); “(...) È feita pela assistente social que faz o contato e discute com equipe técnica: psicóloga, fonoaudióloga e pedagoga.” (S12)

Quanto ao tempo de permanência médio das pessoas com deficiência no emprego, as instituições não forneceram os dados adequadamente, ou seja, na maioria das entidades não havia dados e nem informações certas a respeito. Ainda, quando seus representantes arriscavam a responder, acabavam desviando da pergunta e justificando a falta de informação devido ao fato de dependerem exclusivamente do interesse do empregado e do empregador: “O estagio bem como o emprego têm seu tempo de permanência de acordo com o interesse dos participantes.” (S1); “A instituição não sabe dizer, pois diz que não tem um estudo a respeito. Mas, argumenta que varia o tempo, o qual depende da necessidade do empregador.”(S2);

Não há uma regra a ser dita, ou seja, a pessoa está vulnerável como qualquer pessoa “normal” a perder ou não seu emprego, senão prestar um serviço adequado ou se a empresa não necessitar mais de seus serviços. A entrevistada argumenta que é difícil seus alunos serem desligados. (S6).

Houve ainda uma instituição que interpretou erradamente a questão, respondendo ao invés de tempo de permanência do empregado no emprego o tempo de permanência dos seus atendidos nos serviços de reabilitação por ela oferecidos:

A média é de 6 meses a 1 ano , esse é o tempo médio para sua integração na instituição e a aprendizagem de cada um depende da sua faixa etária, causa traumática, diferença social, depende da capacidade pessoal do individuo. (S8).

Apenas duas pessoas responderam adequadamente à pergunta, ou seja, que não tinham dados certos quanto ao tempo de permanência de seus atendidos no emprego, mas que os fatores escolaridade e qualificação interferiam nesse processo:

(...) não tem um tempo médio definido, como elas não conseguem ter um emprego no mercado formal, elas acabam ficando por um período longo nas Oficinas Protegidas. Elas não têm espaço no mercado de trabalho devido à baixa qualificação, precarização de trabalho e preconceito da sociedade. (S20; S17).

Apenas um sujeito (S21) não respondeu ao questionário, alegando não ter pessoas com deficiência em sua entidade. No entanto, apesar de ela ser uma instituição de caráter nacional, de grande porte e prestadora de serviços profissionalizantes para a população brasileira não atende pessoas com deficiência e não é especializada nessa área.

CONCLUSÃO

*“A educação profissional é a abertura de um caminho para a cidadania, pois é pelo trabalho que nós nos experimentamos como seres úteis e integrantes desta sociedade”
(Batista Cristina, 1997, pg. 95)*

O mercado de trabalho cada dia vem se tornando mais exigente e competitivo; demanda cada vez mais qualificação adequada para se fazer parte dele. Em Campinas- SP, contudo, o quadro da educação profissional para pessoas com deficiência parece ser alarmante. De acordo com a nossa pesquisa, verificou-se que a profissionalização ou a preparação para trabalho vêm sendo desenvolvidas inadequada e prioritariamente e apenas pelas instituições de ensino especial. Reconhecemos os esforços efetuados pela Escola Técnica do SENAC, que já está se preocupando com a inclusão das pessoas com necessidades especiais em seus cursos, mas ainda está reavaliando os seus recursos para a adequação dessa minoria aos mesmos. No entanto, é extremamente precário o processo de preparação para o trabalho, nas instituições em geral. De acordo com as respostas dadas dos entrevistados, o que vem ocorrendo é apenas um treinamento de habilidades ocupacionais. Não está havendo profissionalização de fato. São poucas as entidades verdadeiramente profissionalizantes que incluem pessoas com deficiência em seus programas. Corroborando esta assertiva, lembramos a definição do MEC sobre profissionalização:

“Nível técnico – modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para vida produtiva”(retirada do site: www.mec.gov.br)

Também o discurso do gestor do Departamento de Profissionalização, da Fundação FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas -SP, senhor Oswaldo Baglioni, traz suporte a esta afirmação:

“(...) em Campinas, pelo que eu trabalho e vejo nos projetos e trabalhos das entidades, na maioria não há profissionalização efetiva, o que ocorre é uma tentativa, por parte das instituições filiadas, de iniciação à profissionalização, que é bem diferente de dar uma

competência e autonomia para o trabalho (profissionalização). Pois, o que se entende sobre profissionalização é dar uma competência para a pessoa para que ela possa realizar o trabalho de forma autônoma, sendo administrado um curso com uma carga horária estabelecida, de acordo com as normas da educação, e um certificado ao final aprovado pelo MEC” (transcrição de um trecho da entrevista do sujeito S10 dessa pesquisa, 2001).

A maioria das entidades pesquisadas não oferece serviços de caráter verdadeiramente profissionalizante. O trabalho manual vem muitas vezes em detrimento do trabalho intelectual, quando os alunos são submetidos às formas repetitivas de produção, que visam apenas à aquisição de competências mecânicas para a execução de tarefas simplificadas. Demo (Em Sasaki, 2000) já afirma que:

“(...) a educação profissional é sempre formação e não treinamento. E mais, o caráter educativo do processo de profissionalização precisa predominar sobre todos os outros aspectos, porque não se trata apenas de inserir-se no mercado, mas de envolver o todo no contexto da cidadania; saber pensar e aprender a pensar denotam não só habilidades propedêuticas de estilo formal e inovador, mas, sobretudo, a qualidade política de quem, ao mesmo tempo, maneja bem o conhecimento e o humaniza; (...) embora o esforço educativo no campo profissionalizante corra sempre risco de subordinar-se ao mercado, aceita-se hoje que o trabalhador só tem a ganhar se o processo profissionalizante se centrar na qualidade educativa, para poder retirar daí tanto a capacidade de inserir-se no mercado quando, sobretudo, de poder confrontar-se com ele” (pp.12-13)

Baglioni (2001), na mesma entrevista citada anteriormente, tenta explicar o trabalho efetuado pelas instituições: “As atividades desenvolvidas pelas entidades não acabam dando competência aos seus alunos, apenas dão treinamento de algumas habilidades, maioria manual, sem trabalho conjunto com parte cognitiva e sem dar o aluno a visão da atividade por completo ou integrada, ou seja, as atividades são administradas em divisões, no qual não dão o real sentido e o saber da atividade realizada por completo”

Abranges (1997) confirma que o que se vem oferecendo nas instituições especializadas:

“(...) é simplesmente proporcionar ao portador de deficiência um enquadramento em uma atividade elementar, específica e tardia e no modo de produção capitalista, reproduzindo as impossibilidades, dificuldades e barreiras” (pg.12)

Trata-se apenas de um processo de imitação que as oficinas realizam, ao invés de aprendizagem, como também concorda Aloisi (1997).

Abranges (1997) está correta quando diz que nessas entidades há uma idéia pré concebida “(...) de que a diminuição das capacidades físicas, mentais ou sensoriais do indivíduo diminui automaticamente a sua capacidade para trabalho” (p13). Isso se verifica quando as instituições desenvolvem trabalhos maciçamente artesanais, considerando que as pessoas com deficiência só conseguem ser capazes de atuar em tais ocupações, garantindo-lhes, portanto, apenas subempregos.

Um outro aspecto percebido na pesquisa é o de que aprender habilidades sociais e aprender rotina de trabalho são para as instituições pontos essenciais para profissionalizar. Como refere Aloisi (1999) os programas “(...) dão muito mais ênfase ao treinamento comportamental bem diretivo, como hábitos de trabalho, pontualidade, disciplina(...) que não ajudam a desenvolver a independência da pessoa”(pg. 159).

Reconhece-se é que muitos aprendizes tendem a permanecer grande parte de sua vida nessas instituições, sem nenhuma perspectiva de realização profissional no mercado de trabalho, ou seja, quando não ocorre a profissionalização verdadeira são retiradas as oportunidades reais e dado um destino predeterminado ao insucesso e fracasso pessoal às pessoas com deficiências na sociedade.

Ainda, quando as entidades empregam os seus alunos com necessidades especiais, acabam tomando atitudes protecionistas e paternalistas ao invés de seguirem um modelo de inserção na força de trabalho, condizente com a cultura e a realidade empresarial.

Nem mesmo o conceito real de profissionalização é corretamente conhecido e praticado pelas instituições pesquisada. Como afirmou Sasaki (1997), o ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro é feito por: auto-colocação direta ou por colocação através das instituições especializadas e das associações e centros de vida independente. Segundo o autor, trata-se de serviços improvisados e insuficientes que tentam fazer a colocação dessas pessoas há 50 anos e que não avançaram nos seus resultados.

O número de pessoas com deficiências inseridas no mercado de Campinas - SP é mínimo e a maior parte é inserida em atividades de subemprego, por não ter qualificações necessárias e por não ser autônoma o suficiente na realização de suas tarefas. Reportamo-nos a Pastore (2000), quando este afirma que o quadro é

complicado para quem além de ter pouca educação, possui alguma limitação de alguma ordem, como as pessoas com deficiência. Abranges (1997) também confirma esse fato quando diz que, partindo-se do princípio de globalização atual, excluem-se ainda mais aqueles que sempre foram excluídos, e que se esses forem incluídos no mundo do trabalho em suas condições atuais, o quadro para eles é muito desfavorável.

Apesar de o MEC priorizar investimentos em cursos profissionalizantes, atualmente apenas 30% das escolas públicas oferecem cursos para pessoas com deficiência em todo o Brasil. A meta é ainda tentar atingir 100% das escolas, sendo que estimativas levantadas por Pastore (2000) mostra que nove milhões de pessoas com deficiências estão em idade de trabalhar. A precariedade, como foi alertado por Sasaki (2000), não se limita à questão de quantidade apenas, mas é mais grave quando se trata do aspecto qualitativo da formação para o trabalho.

A reversão deste quadro desalentador exige grandes esforços por parte de toda sociedade: melhor educação escolar, expansão e aperfeiçoamento de seus recursos. Ainda, acima de tudo, o cumprimento das responsabilidades sociais em relação às pessoas com deficiência, mas sem quaisquer paternalismos.

É imperativo que se mude essa situação para outra que seja realmente eficiente e verdadeira, por meio da criação de programas de educação profissional.

A profissionalização é eficiente dando competência e autonomia para o aprendiz, a fim de que ele possa ter a justa oportunidade de se inserir no mercado de trabalho. As políticas sociais devem ser bem articuladas entre si, para que haja verdadeiras redes de apoio e de formação que garantam oportunidade de trabalho ao deficiente. As leis devem gerar programas eficazes, que reúnam esforços de todos os lados, criando mecanismos capazes de remover as barreiras existentes.

O presente trabalho é, justamente, fruto de nossa crença de que todos os indivíduos têm direitos e que eles devem ser respeitados. O direito ao trabalho é tão importante quanto aos demais direitos. Estar empregado significa ser respeitado pela família, pela comunidade e ter autonomia para dirigir a própria vida. O trabalho pode ser um veículo poderoso que leva à conquista da cidadania, da auto satisfação, da aceitação e do “sentir-se pertencente à sociedade”. As pessoas com deficiências têm o direito a isso, devem e podem ser consumidores conscientes e criativos, trabalhadores úteis e, acima de tudo, brasileiros com igualdade de valor!

Anexos

QUESTIONÁRIO APLICADO NAS INSTITUIÇÕES

- 1 - Quais os tipos de deficiência que a instituição atende? Qual a faixa etária? Sexo?
- 2 - Existe algum trabalho de profissionalização na entidade? Se não, por quê?
- 3 - Como essa instituição profissionaliza seus atendidos? Se não os profissionaliza, que tipo de serviços oferece a eles?
- 4 - Se profissionaliza, qual o índice de inserção no mercado de trabalho? (por ano, semestre ou meses).
- 5 - Em que tipo de trabalho eles são geralmente mais inseridos? São para as empresa, comércio ou particular ?
- 6 - A instituição tem alguma parceria nesse trabalho de profissionalização? Qual?
- 7 - Como é feita a inserção dos atendidos no mercado de trabalho? A inserção é feita por algum grupo, setor responsável da instituição, como é?
- 8 - Qual o tempo de permanência médio das pessoas com deficiência no emprego? E porque é esse tempo?

**INSTITUIÇÕES PROFISSIONALIZANTES DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE
CAMPINAS/SP .**

CADASTRO

JULHO/2002

ÍNDICE DO CADASTRO

S1 a S5Vermelho

S6 a S10.....Amarelo

S11 a S15.....Branco

S16 a S20.....Verde

S21 a S23.....Azul

CADASTRO

S1- FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN

Clientela Atendida: Pessoas com Síndrome de Down, pessoas com dificuldade de aprendizagem e mais alguns alunos sem diagnóstico fechado, de ambos os sexos, com idade de zero à vida adulta.

Número de atendidos: 120 alunos

Serviços Prestados: Educacional, Profissionalizante e Clínico

Histórico: : A fundação Síndrome de Down é uma entidade particular, sem fins lucrativos, fundada em 1985. Realiza atendimento clínico e educacional em três setores: NUTE (Núcleo Terapêutico Especializado), Setor Escolar e Núcleo de Pesquisa e Vivência Vocacional.

Tem como objetivo o desenvolvimento global de seus alunos, buscando derrubar barreiras e participando na transformação da sociedade em uma sociedade inclusiva. Sua equipe de profissionais atua em diversas áreas: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Pedagogia, Educação Física entre outras, com o fim e propósito de ser um centro de referência nacional e internacional da Síndrome Down, através de programas interdisciplinares, com excelência na qualidade.

Endereço: R. José Antônio Marinho, 430 - Barão Geraldo- Campinas/ SP

Contato: Alcione Apolinario Januzzi Telefone: (19) 32892818

CADASTRO

S2-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

Clientela atendida: A instituição atende portadores de Síndrome de Down, Síndrome X Frágil, Déficit cognitivo e mais 90% que não têm um diagnóstico fechado, de ambos os sexos, a partir de 40 dias e até no máximo 25 anos para ingresso.

Número de atendidos: 485 alunos

Serviços prestados: Educacional, Clínico e Profissionalizante.

Histórico: A escola trabalha com uma pedagogia multidisciplinar, atendendo crianças a partir de 40 dias de nascimento até 25 anos de idade. O trabalho divide-se em três programas. Para as crianças de zero a 4anos, há uma estimulação que é feita por uma equipe de psicólogos, médicos, fisioterapeuta e fonoaudiólogo. O atendimento por estes profissionais é realizado em sistema de rodízio de uma a três vezes por semana.

Com quatro anos de idade as crianças já vão para salas de aula, nelas permanecendo meio período, ainda contando com aulas de Educação Física, Música, Natação e Atendimento Clínico. As salas são no máximo de sete alunos.

As salas de aula funcionam em sete níveis, cada nível corresponde a um nível cognitivo, ou seja, a avaliação cognitiva é que prevalece e não a idade cronológica. O sétimo nível prepara para a profissionalização e vai atender os alunos com 17anos. É nessa idade que se inicia a profissionalização interna. Há profissionalização interna e externa.

A profissionalização interna atende no máximo 10 alunos com um monitor desenvolvendo em cada grupo uma atividade como de encadernação, empacotamento de ração, artesanato, prestação de serviço (mala direta de empresa), manutenção, limpeza e jardinagem. Todos os alunos que participam das oficinas internas recebem um salário que varia de acordo com sua produção.

Os alunos ficam pelo menos seis meses em treinamento interno, os que já estão capacitados vão para a profissionalização externa (por necessitarem de exigências mais altas como maior concentração, maior responsabilidade e saber comportar-se socialmente). A profissionalização externa conta com 26 programas em parceria com várias empresas, comércio, associações e contratos particulares.

Endereço: Francisco Bueno de Lacerda, 120, Parque Itália, Campinas - SP

Contato: Ricardo Ferreira Camargo Monteiro – Telefone - (19) 3272-9196

CADASTRO

S3-CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO

Clientela atendida: Deficiência múltipla (desde comprometimento físico, mental e auditivo até as Síndromes), de ambos os sexos, de zero anos até idade adulta.

Número de atendidos: 80 pessoas

Serviços prestados: Clínico e Educacional

Histórico: A instituição foi fundada por um grupo de profissionais: pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. O intuito de abrir o Centro Educacional Integrado veio da Pedagoga que tinha vontade de colocar em prática a sua vivência a partir do curso de Estimulação precoce que teve na Holambra/SP. No início, a escola pretendia atender apenas bebês com necessidades especiais para estimulação precoce, mas com o tempo passou a atender de zero anos até adultos.

O centro presta atendimento em níveis de acordo com a faixa etária. O Nível I é de crianças de zero até quatro anos; Nível II: de quatro até sete anos, Nível III: de sete anos até dez ou onze anos e o Nível IV de doze anos para frente. Além desse atendimento, há um acompanhamento educacional feito por uma pedagoga para as crianças que já estão inseridos na Rede de Ensino e que apresentam algumas dificuldades de aprendizagem. Um outro serviço prestado pela Instituição é a orientação ao trabalho.

A orientação ao trabalho é feita por uma Terapeuta Ocupacional e uma Psicóloga.

Endereço: Rua Estelinha Epstein 525, Jardim Novo Campos Eliseos, Campinas/SP

Contato: Sara Teixeira Moralles Burnier Telefone: (19) 3267-6105

CADASTRO

S4-INSTITUTO DE PEDAGOGIA TERAPÊUTICA PROFESSOR NOBERTO PINTO .

Clientela Atendida: Seu objetivo prioritário é atender pessoas com deficiência mental (média e grave) e circunstancial, ambos os sexos, com idade mínima de 7 anos.

Número de Atendidos: 66 alunos

Serviços Prestados: Educacionais

Histórico: É uma entidade especializada apenas em pessoas com necessidades especiais, que foi fundada pelo psicólogo e pedagogo Norberto Pinto. Tem como objetivo atender prioritariamente as pessoas com deficiência mental e circunstancial. Sua equipe conta com assistente social, psicólogo, fonoaudióloga e coordenação pedagógica.

A instituição trabalha com seus alunos em níveis, que variam de acordo com sua capacidade cognitiva do momento. Inicia-se com o nível I, depois passa para o Nível II, mais tarde a pré-alfabetização, e por último trabalha a pré-oficina e Oficina Abrigada.

Endereço: Miguel Penteado 787, Guanabara, Campinas -SP

Contato: Cristina Junturian Fernandes - Telefone: 19- 3242-4201

CADASTRO

S5-SOCIEDADE PESTALOZZI DE CAMPINAS.

Clientela Atendida: Alunos com deficiência mental (bem comprometidos) e física, com idade de 14 a 23 anos, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 65 alunos

Serviços Prestados: Educacionais

Histórico: Jonan Henrich Pestalozzi foi um educador suíço que se dedicou a trabalhar com crianças difíceis e carentes, dando a elas atenção, amor e carinho. A proposta era de proporcionar à criança com deficiência de aprendizagem condições de desenvolvimento de atividades práticas, incentivando sua independência, dentro de suas limitações. Por iniciativa própria, fundou a entidade em Minas Gerais, em 1930. Em 1978, com a ajuda de um grupo de formandos do Curso de Pedagogia com Especialização em Deficiência Mental, da PUCAMP, foi fundada a sociedade Pestalozzi em Campinas.

Endereço: Alaide Nascimento de Lemos, 570 Vila Lemos Campinas-SP

Contato: Maria Helena - Telefone: (19) 3252- 1023

CADASTRO

S6- SORRI – CAMPINAS –INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Clientela Atendida: Deficientes auditivos, visuais, físicos e mentais, desde que sejam independentes e se os recursos oferecidos pela SORRI CAMPINAS atenderem às necessidades levantadas dos usuários, de ambos os sexos, de idade de 15 a 35 anos,

Número de Atendidos: aproximadamente 110 pessoas

Serviços Prestados: Profissionalizantes

Histórico: É uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, é filiada à SORRI-BRASIL- uma organização de coordenação e apoio técnico aos programas de reabilitação profissional desenvolvidos por suas afiliadas.

Ela tem como objetivo possibilitar a pessoa com deficiência a participar do mercado de trabalho e integrar-se efetivamente na comunidade. Através do trabalho integrado de profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Pedagogia e Instrutores, a Sorri oferece dois programas :

Programa de Formação Profissional ou Programa de formação Para o Trabalho da SORRI Campinas: treinamento da pessoa com deficiência nas oficinas da Sorri, atuando como aprendiz em habilidades sociais e profissionais para sua colocação no mercado de trabalho, no período de 8:00 às 17:00h com uma hora para almoço. Este aprendiz será observado e avaliado em 30 dias seu desempenho profissional e pessoal, identificando-se que recursos oferecidos pela Sorri atendem às necessidades levantadas. Será encaminhado para colocação profissional quando estiver preparado. Após a colocação profissional, terá três meses de acompanhamento pela SORRI, que auxiliará a Empresa e o contratado na resolução das dificuldades que porventura possam ocorrer. O estágio ocorrerá por um período mínimo de 3 meses.

Apoio à colocação no mercado de trabalho: È oferecido às pessoas que já foram inseridas no mercado de trabalho, mas que por uma eventualidade, no momento, estão afastadas desse mercado e têm dificuldade de retornar a ele. Elas devem ter um ano de registro comprovado em carteira..

Rua Rouxinol 190, Vila Teixeira Campinas-SP

Contato: Selene Maria Mosca Porto - Telefone: (19) 3243-0926

CADASTRO

S7-CENTRO CULTURAL LOISI BRAILE DE CAMPINAS

Clientela Atendida: Pessoas com visão subnormal e cegueira total, podendo ter uma outra deficiência, com faixa etária a partir de 12 anos, para ambos sexos.

Número de Atendidos: 84 alunos

Serviços Prestados: Educacional, Profissional e Clínico.

Histórico: A entidade filantrópica assistencialista que trabalha com deficientes visuais tanto com a visão subnormal como perda total, a partir da idade de 12 anos, tem como missão favorecer a inclusão social dessas pessoas e possibilitar-lhes o pleno exercício de sua cidadania. Tem como compromisso, portanto, é intervir efetivamente para promover o desenvolvimento intelectual, ético, social, físico, afetivo e profissional do usuário. Trabalha educacional para trabalho de alfabetização em Braile, reforço escolar, acompanhamento escolar (vestibular) e professores, reabilitação e habilitação (trabalho psicológico quanto aspecto da deficiência visual trabalhando o emocional), esporte (atividades e práticas para equilíbrio físico e postura do usuário através natação, futebol de salão *yoga*, dança), lazer (passeios), cultura (teatro, música, corais), profissionalização (descobrir as aptidões e sonhos dos usuários tentando fazer parceria com outras instituições para prestar cursos como informática, secretariado, como também divulga os cursos e promove intercâmbio e apoio), esclarecimento para deficiente visual (prevenção) e serviço para comunidade

Endereço: Av. Antônio Carlos Sales Jr 600, Jardim Proença, Campinas- SP

Contato: Maria Cristina - Telefone: (19) 3255-0764

CADASTRO

S8- INSTITUTO CAMPINEIRO DOS CEGOS TRABALHADORES

Clientela Atendida: Deficientes visuais, a partir dos 15 anos, ambos os sexos, em regime de internato (apoio residencial) e externato.

Número de Atendidos: 30 pessoas

Serviços Prestados: Clínico e oficina de utensílios de limpeza.

Histórico: Instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que oferece aos cegos um abrigo e uma oportunidade de se reabilitarem (é um programa composto de várias atividades técnicas) para facilitar o seu desenvolvimento e sua independência.

Conta com uma oficina artesanal de vassouras, rodos, escovas etc, cuja venda auxilia na manutenção da entidade e serve de treinamento ocupacional.

Endereço: Av. Washington Luís, 570 Vila Marieta, Campinas –SP

Contato: Wilson José Giroto - Telefone: (19) 3231-2136

CADASTRO

S9- ASSOCIAÇÃO “CORNÉLIA M.E. V.H VLIEG”

Clientela Atendida: Doentes mentais, portadores de transtorno mental, acima de 16 anos, de ambos os sexos.

Número de Atendidos: 160 pessoas.

Serviços Prestados: Clínico e Profissional

Histórico: Em 1990, o Serviço de Saúde Cândido Ferreira atravessou uma grave crise. Nessa época, fechou um convênio de co-gestão com a Secretaria Municipal de Saúde, que propunha instituir um novo modelo de assistência em saúde mental, com o propósito de aproximar a saúde mental da saúde geral. Viabilizando a ampliação do atendimento, a partir de uma rede de centros de saúde. Desde então, o serviço passou a fazer parte do sistema de saúde do município. A equipe passou a buscar alternativas para substituição do asilo psiquiátrico e transformação do modelo assistencial, suprimindo o manicômio e reformulando assistência através da criação de novos equipamentos para atender a demanda da população. O processo de transformação iniciou-se com a implantação de ações no sentido de prestar assistência psiquiátrica diferenciada de acordo com as necessidades identificadas a partir da clientela. Trabalhou-se com as estruturas existentes, utilizando-as de outra forma, buscando a humanização das mesmas, com o objetivo de modificar a vida destas pessoas e, assim, possibilitar nova inserção no espaço social. Para viabilizar essa proposta de transformação do atendimento, foram criadas algumas unidades assistências com proposta específica de ação, porém, com atuação complementar buscando os mesmos objetivos gerais. Essas unidades são: unidade de moradia, unidade de internação, hospital-dia e o Núcleo de oficinas e trabalho (N.O.T)

O núcleo de oficinas e trabalho (N.O.T) foi criado em 1991 por um grupo de profissionais do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” (S.S.C.F)- hospital psiquiátrico de caráter filantrópico. O Serviço atendia pessoas sem direitos previdenciários em regime de internação. As oficinas são: de artesanato (fios de pintura, papel reciclado, gráfica, mosaico, vitral, serralharia); agrícola (horta, prestação de serviços em trabalhos diversos para a comunidade como manutenção de jardins, lavouras limpezas de terreno), culinária e rouparia.

Endereço: Av. Conselheiro Antônio Prado, 430, Sousas, Campinas-SP

Contato: Cleusa Ogera Cayres - Telefone: (19) 3258-1707

CADASTRO

S10 - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTÊNCIAIS DE CAMPINAS- FEAC

Clientela Atendida: Todos os tipos de deficiência, em qualquer faixa etária e ambos os sexos.

Número de Atendidos: aproximadamente 60 mil pessoas de famílias de baixa renda

Serviços Prestados: Educacional, Profissionalizante, Clínico e Assistencialista.

Histórico: A Fundação FEAC – Fundação Odila e Lafayette Álvaro, está completando 38 anos de ação social em Campinas. Neste período, a instituição procurou estar sempre em sintonia com as demandas da realidade social da cidade e do Brasil. A Fundação FEAC nasceu em 1964, da união de duas iniciativas.

Em 1958 foi criada a Fundação Odila e Lafayette Álvaro, pelo casal do mesmo nome, e que tinha como objetivo básico promover o bem estar das crianças das famílias de baixa renda. Em abril de 1964, o patrimônio da Fundação- basicamente a Fazenda Vila Brandina, foi doado à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), que acabava de ser fundada, como fruto da mobilização comunitária. Em seus 38 anos, a Fundação FEAC sempre permaneceu fiel aos princípios básicos com que foi criada, de aglutinação dos esforços de promoção social em Campinas e de apoio técnico e financeiro às entidades filiadas. O público-alvo prioritário das atividades promovidas pela FEAC seriam as crianças e adolescentes, o que permanece 38 anos depois.

Atualmente, a Fundação FEAC conta com 110 filiadas, que atendem direta e indiretamente 60 mil pessoas de famílias de baixa renda, ou cerca de 20% da população de Campinas nessa condição. São prestados serviços nas áreas de creches, centros comunitários, saúde em geral, prevenção à AIDS, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Terceira Idade, Educação Complementar e outras.

Nos últimos anos, além de apoiar financeiramente e de prestar assessorias em vários aspectos às entidades filiadas, a Fundação FEAC tem intensificado o investimento na área da Educação. Para isso estimulou iniciativas como a Aliança de Campinas pela Educação. Estas ações são desenvolvidas geralmente em parcerias com outros segmentos.

Endereço: Odila Santos de Souza Camargo, 34, Vila Brandina , Campinas- SP

Contato: Maristela Weffort e Oswaldo Baglioni -Telefone: (19)3794-3532

CADASTRO

S11-INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RECRIAR- IEER

Clientela Atendida: Deficientes mentais (de leve a moderados), Síndrome Down, dificuldade de aprendizagem e deficiência física (paralisia cerebral), a partir de 7 anos até 65 anos, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 48 alunos

Serviços Prestados: Educacional e oficinas.

Histórico: O Instituto Recriar é uma entidade assistencial e educacional filantrópica, sem fins lucrativos, sem caráter político-partidário ou religioso, sem distinção de classe ou raça. É destinado a prestar atendimento a pessoas especiais de 7 a 65 anos, com deficiência física e mental, em educação, desenvolvimento integral e integração social.

Foi fundada em 5 de novembro de 1975 por duas pedagogas, com o nome de “ITARD”- Instituto de Educação Especial Ltda., em homenagem ao médico francês “Jean Marc Itard” (precursor da educação de pessoas com deficiência mental).

Em 22 de junho de 2000, passou para “Instituto de Educação Especial Recriar (IEER), que apesar de toda dificuldade financeira, tem conseguido realizar um trabalho com muita seriedade, responsabilidade e bastante significativo dentre as entidades de educação especial de Campinas.

Endereço: R. Francisco de Assis Pupo, 308, Vila Industrial

Contato: Dulce Camargo de Souza ou Benedita Denise Pena –

Telefone:(19)3274-0560

CADASTRO

S12- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAMPINAS – APASCAMP

Clientela Atendida: Deficiência Auditiva sem limite de idade e ambos os sexos

Número de Atendidos: 1500 atendidos (cadastrados são 3000)

Serviços Prestados: Educacional, Clínico e Profissionalizante

Histórico: APASCAMP – Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas foi fundada em 1986 por um grupo de pais e amigos de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Esta entidade tem como objetivo a integração social dos deficientes auditivos, assegurando-lhes educação, saúde e profissionalização, para que os mesmos possam ter a oportunidade de participar e viver com dignidade em nossa sociedade. Atualmente, a APASCAMP atende 3.000 deficientes auditivos cadastrados na entidade.

Para atingir seus objetivos, além de prestar atendimento quanto ao diagnóstico, tratamento e orientação à pessoa portadora de deficiência auditiva, a APASCAMP também desenvolve os seguintes programas: doação e adaptação de aparelhos auditivos, terapia fonoaudiológica, apoio pedagógico e cursos profissionalizantes (de datilografia, informática e curso de corte e costura de parceria com SESI).

Endereço: R. Salvador Lombardi Neto 10, Vila Teixeira, Campinas- SP

Contato: Maria Éster Soero Claro - Telefone: (19) 3242-9900

CADASTRO

S13- Centro Educacional Especial “Síndrome Down”

Clientela Atendida: Apenas pessoas com Síndrome de Down, desde zero anos, s/limite de idade, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 85 alunos

Serviços Prestados: Educacional, Profissionalizante e Clínico

Histórico: Começou em uma garagem, como APM – Associação de Pais de Mongolóides. Pouco tempo depois, com a efetiva participação de alguns amigos em atividades voluntárias de arrecadação de recursos – sempre escassos – transformou-se em APAM – Associação de Pais e Amigos dos Mongolóides.

Mais recentemente, quando o termo mongolóide passou a ser considerado pejorativo e, ao mesmo tempo em que a APAM já se transformara em um Escola Especial, oferecendo, além da educação tradicional, também orientação e tratamento clínicos, a razão social foi alterada para CEESD – Centro de Educação Especial “Síndrome de Down”. Atualmente, o CEESD é uma entidade referencial em sua especialidade e continua atuando de forma filantrópica. É reconhecida como tal nos três níveis: municipal, estadual e federal.

Embora o CEESD receba alguma ajuda oficial (mantém convênios com a Secretaria Estadual e a Municipal da Educação), esta é sempre insuficiente e vem se reduzindo ano a ano, enquanto que o número aumentou, nos últimos três anos, de 30 (trinta) para 88 (oitenta e oito) pessoas atendidas, entre alunos, pacientes, aprendizes e praticantes.

A clientela é composta por pessoas com síndrome de Down (na escola e nas oficinas). A clínica e o centro de equoterapia são abertos a todos os deficientes, de ambos os sexos, a partir de seu nascimento, provenientes de todos os níveis sócio-econômico-culturais, sendo a maioria de classe média baixa, residentes em bairros periféricos da cidade.

O Centro conta com uma equipe interdisciplinar, composta por pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, professores de educação física, de educação artística e dança.

Oferece período integral, sendo que, no matutino, funcionam os programas de

educação especial, inclusão e estimulação precoce. No vespertino, os atendimentos clínicos, individualizados e em grupos, a oficina preparatória (a partir de 14 anos), a oficina profissionalizante (a partir de 16 anos), o espaço alternativo (que visa atender, prioritariamente, a 3ª idade), atividades de educação física e dança, o Programa de Preparação à Inclusão (de 3 a 5 anos de idade) e, novamente, a inclusão, agora com os alunos que freqüentam escolas de ensino regular, no período da manhã.

Endereço: Esequiel Magalhães 99, (Condomínio Iguatemi), Vila Abrandina, Campinas-SP

Contato: Patrícia Zambroni - Telefone: (19) 3252-9889

CADASTRO

S14 –ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTA EM CAMPINAS-ADACAMP

Clientela Atendida: Apenas deficientes portadores da Síndrome de Autismo (é um transtorno que compromete três áreas específicas do desenvolvimento da criança: cognitivo, social e comportamental), ambos os sexos, com idade de 3 anos a 21 anos.

Número de Atendidos: 36 alunos

Serviços Prestados: Educacional e Clínico

Histórico: Em maio de 1989, um grupo de pais de autistas se uniu para elaborar uma sociedade civil, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campinas/SP, hoje denominada Associação para Desenvolvimento dos Autistas em Campinas- ADACAMP.

O trabalho direciona-se aos portadores do transtorno autista, na faixa etária de 03 anos à 13 anos e 11 meses, provenientes de diferentes níveis sociais e tem como objetivo proporcionar meios adequados para o desenvolvimento do autista, oferecendo-lhe a oportunidade de crescimento máximo de sua capacidade, integrando-o socialmente e valorizando-o individualmente; respeitando os limites e possibilidades dos alunos e sua família.

Endereço: Padre Francisco de Abreu Sampaio, 349, Parque Itália, Campinas-SP

Contato: Cláudia Silvestre Brambila - Telefone: (19) 3272-7889

CADASTRO

S15- PRO-VISÃO SOCIEDADE CAMPINEIRA DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL

Clientela Atendida: Deficientes visuais (cegueira e subnormal), com alguma deficiência associada moderadamente, a partir de zero anos até 12 anos, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 74 alunos

Serviços Prestados: Educacional e Clínico

Histórico: Entidade Social fundada em 1982 em Campinas -SP, atende crianças de zero a doze anos de idade, cegas ou com visão subnormal. O objetivo é o de prevenir a cegueira e promover o bem estar, a educação, a habilitação e a reabilitação de crianças deficientes visuais, sem distinção de raça, condição social, sexo, credo político ou religioso.

Conta com uma equipe técnica multiprofissional: Coordenadora geral, Coordenadora de Ensino, Assistente Social, Psicóloga, Fonoaudióloga, Reeduadoras Visuais, Professores Especializados, Professores de 1 grau com formação em Pedagogia, Professores de 1 grau com formação em Magistério, Professoras de Educação Física, Fisioterapeuta e Auxiliares de Classe

Programas: estimulação sensório-motora, pré-alfabetização, alfabetização, reabilitação visual, psicologia, fonoaudiologia, educação física, natação, fisioterapia, acompanhamento às crianças matriculadas em classes comuns e atendimento voltado às famílias.

Endereço: Av. Antônio Carlos de Sales Jr, 580, Jardim Proença, Campinas- SP

Contato: Meyre Soares da Costa e Ivete Andrade da Silva Rocha

Telefone: (19)3254-4648

CADASTRO

S16- CIRCULO DE AMIGOS DOS DEFICIENTES DA AUDIÇÃO E FALA- CADAF

Clientela Atendida: Deficientes auditivos, ambos os sexos e com idade de 3 anos até 16 anos.

Número de Atendidos: 65 alunos

Serviços Prestados: Educacional e Clínico

Histórico: O CADAF-Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala, fundado em 27/10/1976, mantém a escola de Educação Especial, que atende crianças e adolescentes dos 3 aos 17 anos, portadores de deficiência auditiva, em suas necessidades especiais.

A missão do CADAF é a educação integral dos alunos com deficiência na áudio-comunicação, atendendo as necessidades dos alunos e seus familiares, respeitando seus direitos, baseado em leis das Diretriz e Bases da Educação.

O CADAF tem três desafios a enfrentar: inserir os alunos de forma competitiva na sociedade; diminuir a discriminação e as desigualdades sociais para com o deficiente na áudio-comunicação; e implantar programas de esporte, recreação, cultura, lazer e a iniciação ao mundo do trabalho.

O CADAF conta com uma equipe técnica interdisciplinar. composta por diretora, coordenadora pedagógica, pedagogos especializados, fonoaudiólogos e assistente social. Ainda, conta também com a colaboração voluntária de estagiários nas áreas de psicologia, educação física, fonoaudiologia e pedagogia.

Endereço: Alaide Nascimento de Lemos 532, Vila Lemos, Campinas-SP

Contato: Adriana Giraldi e Nery Fagman - Telefone: (19) 3252-3611

CADASTRO

S17-SOCIEDADE CAMPINEIRA DE RECUPERAÇÃO DA CRIANÇA PARALÍTICA

Clientela Atendida: Deficientes físicos com a faixa etária de zero a 12 anos, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 150 pessoas

Serviços Prestados: Clínico e Educacional

Histórico: A Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica oferece atendimento clínico para a recuperação de crianças com deficiências físicas e suas seqüelas.

As crianças atendidas se encontram na faixa etária entre 0 a 12 anos. Em princípio, elas passam por um processo de triagem pelo serviço social; em seguida, por avaliação clínica, feita por médico, fisioterapeuta e, posteriormente, pela equipe técnica. Por último, há o encaminhamento às respectivas áreas, conforme o tipo de tratamento a ser ministrado.

A instituição visa com este trabalho dar condições de integração e adaptação na sociedade da qual a criança faz parte.

Endereço: R. Pedro Domingos Vitalli 160, Parque Itália, Campinas -SP

Contato: Ana Cecília Parisi e Renata Lopo Cartusso - Telefone: (19) 3272-7912

CADASTRO

S18- SERVIÇO NACIONAL APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI (DR. EURYCLIDES DE JESUS ZERBINEI)

Clientela Atendida: A faixa etária que a escola atende é de 15 a 45 anos, ambos os sexos, sem nenhuma restrição para atendimento para pessoas com deficiência, mas não há nenhum atendimento ou curso no momento para os deficientes.

Número de Atendidos: 510 alunos

Serviços Prestados: Profissionalizantes

O SENAI de Campinas oferece 31 cursos técnicos nas áreas da Construção Civil, Gestão, Indústria, Informática, Química, Telecomunicações e Transporte.

Ao ingressar na escola Senai, o aluno recebe orientação individual que possibilita traçar um projeto de desenvolvimento profissional e de estudos.

Os cursos têm quatro semestre de duração com estágio supervisionado e obrigatório que varia de acordo com a habilitação escolhida.

Endereço: Av. Saudade 125, Campinas -SP

Contato: Carmen Lúcia Andrade Telefone: (19) 3236-3012

CADASTRO

S19- INSTITUTO EDUCACIONAL EVANGÉLICO PARA DEFICIENTE AUDITIVO

Clientela Atendida: Deficiência auditiva e alguns casos de deficiência mental associada com deficiência múltipla, a faixa etária é de cinco anos até 43 anos, ambos os sexos.

Número de Atendidos: 52 alunos.

Serviços Prestados: Educacional, Clínico e Oficina.

Histórico: O instituto Americano Para Deficiente Auditivo foi fundado em 1983, com a finalidade de alfabetizar, reabilitar crianças portadoras de deficiência auditiva e os deficientes auditivos com múltipla deficiência.

Em 1991, foi mudado o nome da entidade para Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos, com registro em cartório como uma entidade filantrópica. Atualmente está com um protocolo em andamento para ser registrada como utilidade pública municipal.

O instituto oferece ensino de pré-escola até 4 série do 1 grau ; o método usado é a comunicação total com ênfase na linguagem de sinais brasileira padronizada. Oferece também terapia fonaudiológica, orientações pedagógicas, aconselhamento familiar, educação física, estudos bíblicos, cultos e programas especiais para evangelização da criança.

A Instituição tem como objetivo proporcionar ao portador de deficiência auditiva maiores condições para seu desenvolvimento global, a fim de que este possa integrar-se na sociedade, participando ativamente no mercado de trabalho.

Sendo esta a única instituição que aceita o portador de múltipla deficiência (deficiência auditiva associada a uma outra deficiência), tem como objetivo o de desenvolver sua capacidade até o limite de suas deficiências, proporcionando meios para se comunicar através da mímica padronizada e maior integração no meio em que vive.

Endereço: Coronel Jobin Figueredo 22, Nova Europa, Campinas –SP.

Contato: Geilda Fonseca de Sousa - Telefone: (19) 3238-6622

CADASTRO

S-20 ABRIGO ESPECIALIZADO RENASCER – SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Clientela atendida: Atende pessoas com transtorno mental, tanto doença mental quanto deficiência em situação de rua. Os critérios para atendimento são: ter um transtorno mental e estar em situação de rua. A faixa etária é a partir de 18 anos.

Ambos os sexos

Número de atendidos: 25 pessoas

Serviços prestados: Clínico e Profissionalizante

Histórico: O Abrigo Renascer surgiu da necessidade de enfrentamento da problemática dos cidadãos sem residência fixa e portadores de transtornos mentais, que vivem nas ruas, identificados pela Secretária de Assistência Social- CSARS, através de seus serviços de acolhimento e encaminhamento social. O objetivo principal do Abrigo é a reinserção social (cidadania). Desta forma, sua missão é prover aos moradores de rua, acometidos de transtornos mentais, um espaço provisório de moradia e reabilitação psicossocial.

Endereço: Paschoal Notti 720, Vila Costa e Silva, Campinas- SP

Contato: Wellington de Almeida - Telefone:(19) 3213-1901

CADASTRO

S-21 SERVIÇO NACIONAL APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI "ROBERTO MANGE"

Clientela atendida:

Número de atendidos:

Serviços prestados: Profissionalizante

Histórico:

Endereço: Rua Pastor Cicero Canuto de Lima, 71 – São Bernardo Campinas-SP

Contato: Ivani Telefone: (19) 32725733

Escola se negou a responder o questionário, alegando não ter deficientes em seu quadro de alunos, embora tenha confirmado a existência oficial de programas da rede para essa população. A primeira recusa só se deu no momento em que o representante da entidade se defrontou com o questionário. Comprometeu-se a responde-lo por escrito posteriormente à consulta ao dirigente da instituição. Não permitiu gravar a entrevista e manteve sua recusa em participar da pesquisa nos dias que se seguiram, com a mesma alegação.

Frente ao exposto, não foi possível colher dados pertinentes à presente pesquisa.

CADASTRO

S-22 GRUPO ESPÍRITA "IRMÃOS VICENTE" ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ANNE SULIVAN

Clientela atendida: Apenas crianças portadoras de deficiência auditiva, na faixa etária entre 4 e 14 anos, ambos os sexos.

Número de atendidos: indeterminado

Serviços prestados: Educacional

Histórico: O Grupo Espírita Irmão Vicente oferece à comunidade, através da sua Assistência Social, O Ensino Fundamental de pré à 4 série para crianças com deficiência auditiva, mantendo, para tanto, profissionais especializados, espaço físico adequado e voluntários que orientam e capacitam estes surdos e suas famílias, para que possam assumir a cidadania em iguais condições, como qualquer ouvinte.

A escola tem como proposta pedagógica o Bilingüismo (LIBRAS e Língua Portuguesa), que norteia todo o trabalho. Essa proposta foi implantada em 2001, tendo como objetivos: 1º-criar condições educativas apropriadas para o desenvolvimento bilíngüe e bi cultural dos surdos (capacitando a criança surda a orgulhar-se de si mesma; acreditando em seu potencial); 2º- promover o uso da língua-a língua de sinais, em todos os níveis escolares e além das fronteiras da escola; e 3º- determinar os conteúdos e temas culturais que especificam o acesso à informação por parte dos surdos, utilizando a libras (1º língua) como instrumento (ferramenta) para aquisição da Língua portuguesa (2º língua), ou seja, alfabetizar o surdo na 2º língua, a Língua Portuguesa. Utiliza-se a LIBRAS como instrumento de significado, aguçando a sua percepção visual e motora para leitura e escrita.

Endereço: Rua Engenheiro Francisco de Paula Souza 1475, Vila Joaquim Inácio – Campinas/SP. - Telefone: (19) 3276-2111

CADASTRO

S-23 SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC – CAMPINAS “CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL “CASTRO MENDES”

Clientela atendida: Todos os cidadãos. Quanto à população com deficiência, não há estatísticas que permitam saber o número de deficientes inseridos nos cursos.

Número de atendidos: aproximadamente 2000 alunos

Serviços prestados: Educacional e Profissionalizante

Histórico: O SENAC foi fundado como resultado dos decretos- n 8.621 e n. 8.622, em 10 de janeiro de 1946, os quais autorizavam a Nacional do Comércio a instalar e a administrar, em todo o país, escolas de comércio para trabalhadores entre 14 e 18 anos, cursos de contínua especialização para comerciários adultos, estabelecendo os deveres dos empregados e dos trabalhadores. A primeira escola foi fundada em São Paulo, no dia 1 de setembro de 1946, iniciando seu trabalho de contribuir para o desenvolvimento de pessoas e organizações, por meio da ação educacional em comércio e serviço.

O SENAC é uma das mais completas instituições educacionais do país. O SENAC- SP oferece uma programação inovadora e diferenciada, incluindo opções que vão da formação básica à pós graduação, passando por vários títulos de bacharelado e tecnologia em Educação superior. Ao percorrer sua história, encontramos uma Instituição que desenha seu perfil em sintonia com as diferentes demandas do setor terciário e à frente das constantes transformações tecnológicas e das relações do trabalho que aconteceram na última metade do século 20.

Os cursos oferecidos nesse semestre de 2002 no SENAC de Campinas são: Administração, Comunicação e Artes, Recursos Humanos, Decoração, Saúde Ocupacional/ Meio Ambiente, Saúde Holística, Saúde Hospitalar, Moda, Informática, Hotelaria e Eventos, Beleza, Vendas, Marketing e Varejo; Cursos técnicos em Telecomunicações, Óptica, Enfermagem e Segurança do Trabalho e Idiomas. Endereço: R. Sacramento 490, Centro - Campinas/SP

Contato: Vilma Meneghe - Telefone: (19) 3737-8300

BIBLIOGRAFIA

- ALOISI, M Hilda, *O empregado com deficiência segundo conceito do empregador da pequena, média e grande empresa cidade de Campinas*. Tese de Doutorado, Campinas-SP, 1999
- ABRANCHES, C. (Org.). *Inclusão dá trabalho*. Brasília: Ed. Armazém de Idéias, 2000
- BASTOS, R da Lília et al. *Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*, Rio de Janeiro, Editora , 2000.
- BATISTA, C et al. *Educação profissional e colocação no trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência*. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação. *Política Nacional de Educação Especial*. Livro 1/MEC/SEESP. Brasília, 1994.
- BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, São Paulo: Saraiva, 1999
- CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- GLAT, R (1994) "*Cidadania e o povoador de deficiência: um novo campo de atuação para os profissionais da Educação especial.*" *Integração* 5 (11); 16.
- JANUZZI, Gilberta. *A luta pela educação de deficiente mental no Brasil*. Campinas: Associados, 1992.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ensino Inclusivo/Educação (de Qualidade) para todos.* [s.l.p.] (não publicado)

_____. *Todas as crianças são bem-vindas à escola.* [s.l.p.] (não publicado)

_____. *Caminhos pedagógicos da inclusão: a formação do professor tal como a concebemos e realizamos.* [s.l.p.] (não publicado)

_____. *Ser ou Estar, eis a questão.* Rio de Janeiro: WVA,1997

_____ & colaboradores. *A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.* São Paulo: Memnon,1997.

MEHEDFF, N. G. (1998, 18 de novembro). “O novo desafio da educação profissional.” – Folha de São Paulo, 2º caderno, p. 2.

MENDES, E. G. (1994). *Integração escolar: reflexões sobre a experiência de Santa Catarina*

OMOTE, Sadao. “ Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido.” IN *Revista Brasileira de Educação*, n.2, 1994, p. 65-73.

PASTORE, J. (2001). *Oportunidade de trabalho para portadores de deficiência.* SãoPaulo: LT.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão- construindo uma sociedade para todos.* Rio de Janeiro: WVA,1997.

_____. *Porque a sociedade deve interessar-se pela inclusão de pessoas com deficiência nos sociais gerais?*, SP, MIMEO.

SAVIANE, Dermeval, *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas,* Campinas- SP: Autores Associados, 1997 (coleção educação contemporânea)

SILVA, G da, Adriane, *A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação educação especial/ trabalho na APAE- SP*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 2000.

SHIORARA, Aline et al. *Inclusão: uma prática de vida*. Relatório de Pesquisa, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas-SP, 1998.

WERNECK, Cláudia . *Ninguém mais vai ser bonzinho*. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

_____.*Muito prazer , eu existo!* Rio de janeiro: WVA, 1996